REVISTA DA ABPN

DOI 10.31418/2177-2770.2020.v12.c2.p260-287 | ISSN 2177-2770
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

FORJANDO AUTONOMIAS: PRÁTICAS DO OFÍCIO DE FERREIRO ENTRE ESCRAVIZADOS E LIBERTOS. MINAS DO FERRO, SÉCULO XIX

Maura Silveira Gonçalves de Britto[1]

Resumo: O presente artigo visa analisar algumas experiências entre escravizados e libertos nos trabalhos de transformação do ferro nas Minas do ferro, durante o Oitocentos. Destacando a participação desses artífices em uma área de grande concentração de ferreiros, parte das experiências desenvolvidas por eles na Itabira do Mato Dentro para identificar o horizonte de liberdade que vivenciavam a partir de seu ofício. Para tanto, através da análise de inventários, listas nominativas e dos censos provinciais de 1833 e 1872, pudemos apontar as características desses ferreiros (cor, idade, condição jurídica, estado civil, domicílio em que residiam, grupos familiares, entre outros dados), assim como sua localização no espaço da cidade. Esses dados em conjunto permitiram a percepção das relações criadas por esses ferreiros em torno de seu ofício; as relações de aprendizagem, relações de prestação de serviços, entre brancos, crioulos e africanos; livres, libertos e escravizados. Relações forjadas pelo trabalho com o ferro que permitiam a tais artífices uma autonomia de trabalho e experiências de liberdade construídas antes mesmo da conquista da alforria.

Palavras-chaves: ofício de ferreiro – liberdade – Minas do ferro – século XIX.

FORGING AUTONOMIES: PRACTICES OF THE BLACKSMITH BETWEEN SLAVE AND FREEDOMS. MINAS DO FERRO, XIX CENTURY

Abstract: This article aims to analyze some experiences between enslaved and freed people in the iron transformation works in the Iron Mines, during the 19th century. Highlighting the participation of these craftsmen in an area of great concentration of blacksmiths, part of the experiences developed by them in Itabira do Mato Dentro to

[1] Doutoranda e Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, com Especialização em Cultura e Arte Barroca pela Universidade Federal de Ouro Preto (2007), Técnico em Conservação e Restauração de Bens Móveis pela Fundação de Arte de Ouro Preto (2007) e Graduação em Estudos Sociais, habilitação em História, pela Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira (2002). Atuou como professora no Ensino Superior, no CEAD/UFOP e na rede privada. Atualmente é professora da Rede Pública Estadual de Minas Gerais. Pesquisa sobre o universo da prática de oficios mecânicos entre escravizados e libertos nas Minas do Ferro, no decorrer do século XIX. E-mail: maurasgbritto16@gmail.com

identify the horizon of freedom that they lived from their craft. Therefore, through the analysis of inventories, nominative lists and provincial censuses of 1833 and 1872, we were able to point out the characteristics of these blacksmiths (color, age, legal status, marital status, domicile in which they lived, family groups, among other data), as well as its location in the city space. These data together allowed the perception of the relationships created by these blacksmiths around their craft; learning relationships, service delivery relationships, between whites, Creoles, and Africans; free, freed and enslaved. Relationships forged by working with iron that allowed such craftsmen an autonomy of work and experiences of freedom built even before the achievement of manumission.

Keywords: blacksmith craft - freedom - Minas do ferro - 19th century.

FORJANDO AUTONOMÍAS: PRÁCTICAS DEL BLACKSMITH ENTRE ESCLAVO Y LIBERTADES. MINAS DO FERRO, SIGLO XIX

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar algunas experiencias entre personas esclavizadas y liberadas en los trabajos de transformación de hierro en las Minas de Hierro, durante el siglo XIX. Destacando la participación de estos artesanos en un área de gran concentración de herreros, parte de las experiencias desarrolladas por ellos en Itabira do Mato Dentro para identificar el horizonte de libertad que vivían desde su oficio. Por lo tanto, a través del análisis de inventarios, listas nominativas y censos provinciales de 1833 y 1872, pudimos señalar las características de estos herreros (color, edad, estado legal, estado civil, domicilio en el que vivían, grupos familiares, entre otros datos), así como su ubicación en el espacio de la ciudad. Estos datos juntos permitieron la percepción de las relaciones creadas por estos herreros en torno a su oficio; relaciones de aprendizaje, relaciones de prestación de servicios, entre blancos, criollos y africanos; libre, liberado y esclavizado. Relaciones forjadas al trabajar con hierro que permitieron a tales artesanos una autonomía de trabajo y experiencias de libertad construidas incluso antes del logro de la manumisión.

Palabras clave: herrería - libertad - Minas do ferro - siglo XIX.

FORGER DES AUTONOMIES: PRATIQUES DU MÉTIER DE FORGERON PARMI LES ESCLAVES ET LES LIBERTÉS. MINAS DO FERRO, XIX SIÈCLE

Resumé: Cet article vise à analyser certaines expériences entre esclaves et personnes libérées dans les travaux de transformation du fer dans les mines de fer, au cours des années 1800. Soulignant la participation de ces artisans dans une zone de grande concentration de forgerons, une partie des expériences développées par eux à Itabira do Mato Dentro pour identifier l'horizon de liberté qu'ils vivaient de leur métier. Par conséquent, grâce à l'analyse des inventaires, des listes nominatives et des recensements provinciaux de 1833 et 1872, nous avons pu mettre en évidence les caractéristiques de ces forgerons (couleur, âge, statut juridique, état matrimonial, domicile dans lequel ils vivaient, groupes familiaux, entre autres), ainsi que sa situation dans l'espace de la ville. L'ensemble de ces données a permis de percevoir les relations créées par ces forgerons

autour de leur métier; relations d'apprentissage, relations de prestation de services, entre Blancs, Créoles et Africains; libre, libéré et asservi. Des relations nouées par le travail du fer qui ont permis à ces artisans une autonomie de travail et des expériences de liberté construites avant même la réalisation de la manumission.

Mots-clés: forgeron artisanal - liberté - Minas do ferro - 19e siècle.

INTRODUÇÃO

A proposta desse artigo é analisar os efeitos que a prática do ofício de ferreiro e a transmissão desse saber entre escravizados e libertos nas Minas do ferro[2] escravista tiveram para a construção de espaços de liberdade por esses artífices.

Nesse sentido, para a compreensão dos processos de aprendizagem do ofício de ferreiro desenvolvido entre tais artífices nas Minas do ferro oitocentistas, e os seus significados, torna-se necessário refletir sobre a transmissão de saberes em sociedades que ainda se apresentavam baseadas em distinções de classe escravistas. Especialmente sobre a maneira como as atividades manuais eram vistas em tais sociedades. Para tanto, discutiremos algumas abordagens sobre a prática de oficios mecânicos na América portuguesa, as nuances de tais ocupações entre livres e escravizados, para, em seguida, apresentar as caractéristicas da prática do ofício de ferreiro entre essa parcela da população nas Minas do ferro, a partir dos casos retratados em nossas fontes.

Sobre o ensino dos ofícios na idade puerícia na América Portuguesa, Renato Pinto Venâncio discute a assistência a crianças abandonadas no Rio de Janeiro e em Salvador, entre os séculos XVIII e XIX. Observa que, para essas crianças que foram privadas dos cuidados dos pais, o ingresso no mundo dos ofícios era um dos destinos possíveis capazes de fazer com que as mesmas conseguissem sobreviver aos primeiros anos de vida.

[2] Chamamos de Minas do ferro a região que compreende os atuais municípios de Itabira e Santa Bárbara, áreas em que a atividade de extração ferrífera ocorreu em conjunto com a extração do ouro durante o Oitocentos. A delimitação de tal região se fez a partir de uma reconstrução histórica tendo por base os relatos de viajantes que estiveram em Minas Gerais no início do século XIX e pelos indícios da presença marcante de ferreiros desta área, presentes nas fontes cartoriais consultadas. Nos relatos de Saint-Hilaire e Eschwege, por exemplo, nota-se que esses dois núcleos populacionais continham algumas das características fundamentais para o desenvolvimento das atividades de transformação do ferro: o subsolo ferrífero, fontes de água, matas e mão de obra disponível para ser empregada em tais atividades. A pesquisa em inventários *post-mortem* que se estendem no período de 1813 a 1888 e nas relações nominais de habitantes de 1840 indica um grande número de artífices dessa natureza em Itabira e Santa Bárbara, núcleos centrais de povoamento das Minas do ferro.

Demonstra como o Alvará de 1775 promove o trabalho doméstico e estimula o ensino dos ofícios mecânicos. Neste Alvará, o artigo oitavo determina que, no caso dos expostos, caberia ao Juiz de Órfãos escolher entre aqueles que mostrassem maiores habilidades em determinados trabalhos manuais para serem entregues a mestres que lhes ensinariam um ofício. O mestre passaria a ter obrigações legais para com o exposto aprendiz:

> (...) o mestre ficava subordinado a um *termo de compromisso*. Os responsáveis pelo ensino deviam prestar contas ao juiz, que transferia a criança de domicílio caso a ocupação fosse "desproporcionada a idade do Exposto" ou então se o mestre comprovadamente não fosse de "bons costumes" (VENÂNCIO, 1999, p. 50)

Venâncio observa também que a criação das Casas Pias, em 1780 passa a oferecer outras possibilidades para os expostos aprenderem algum ofício, já que a instituição valorizava o trabalho manual. A partir dos ofícios mecânicos, as crianças enjeitadas poderiam ser instruídas e habilitadas "*(...) a fim de que venham depois a ser úteis à si e à nação, que muito lucra com seus bons costumes e trabalho*".(VENÂNCIO, 1999, p. 150. Nota 76)[3]

Nesse sentido, para aqueles que foram privados do convívio com a família, sua formação para o mundo dos adultos seria feita através do aprendizado de atividades manuais. Os ofícios mecânicos dariam a essas crianças expostas valores de convivência e uma função na sociedade.

Destacando o papel educativo das atividades manuais no interior do mundo do artesão, Rugiu também destaca a importância da relação mestre-aprendiz no âmbito das corporações de ofício europeias. Também aqui, tem-se a aprendizagem como resultado da convivência com os adultos e da observação das atividades realizadas pelos adultos. Segundo ele, "*os aprendizes, em essência, aprendiam fazendo*". (RUGIU, 1998, p. 30)

O autor mostra que o aprendizado de ofícios implicava em relação que ia além do produto final alcançado pelo do trabalho. O artesanato promovia uma formação integral do jovem aprendiz. A partir do artesanato, aprendia-se também como se deveria viver,

[3] Venâncio observa que além do trabalho nas oficinas sob os cuidados de um mestre ou das Casas Pias, os expostos que tivessem mais de 7 anos podiam ingressar nos Arsenais da Marinha, onde o período de aprendizagem podia se estender por nove anos. Os mais novos eram introduzidos no estudo das primeiras letras, desenho ou no ofício em que demonstrassem mais habilidade.

sob quais valores. Rugiu aponta para a importância das corporações de ofício como instituições formativas de ensino, cuja função se estendia às práticas pedagógicas de um determinado ofício. Adquiria-se comportamentos, aprendia-se a cooperar com os companheiros de trabalho, o respeito a normas comuns e aos comandos do mestre.

Essa formação se dava também através da convivência com o mestre em atividades que iam além da rotina das oficinas. Lembrando que muitas vezes os aprendizes iam morar nas residências de seu mestre, eles deveriam se integrar também às outras atividades desenvolvidas na casa. Isso promovia o desenvolvimento de rígido controle da disciplina e do tempo do aprendiz, em todos os aspectos de sociabilidade vivenciados por ele.

Ainda sobre o contexto de desenvolvimento do processo de aprendizagem nas corporações de ofício no Antigo Regime europeu, as proposições de Sennett caminham no mesmo sentido que as de Rugiu. Para Sennett, trata-se de uma aprendizagem baseada no convívio com os adultos fora da responsabilidade da família (SENNETT, 2009. P.71-2). Esses elementos nos permitem afirmar que a transmissão de saberes e o processo de aprendizagem, nessas sociedades tradicionais, estão ligados ao seu modo de vida. Insere-se nele. Uma aprendizagem calcada na observação, na imitação e na capacitação de transpor essa imitação em coisas novas. Mas Sennett adverte quanto a uma visão simplista dessa imitação no processo da aprendizagem do artífice. Considera parte integrante desse contexto a questão da capacitação. O artífice está sempre envolvido em imaginar novas soluções para ferramentas imperfeitas e não resiste a inovações que possam melhorar sua *práxis*. Seu trabalho é guiado pelo desejo de fazer ainda melhor. Assim, para ele, devemos encarar com certo receio talentos que se apresentam inatos e sem treinamento. Quando se revisa várias vezes uma determinada ação, realizamos, em contrapartida, uma maior autocrítica. Dessa forma, o desenvolvimento da capacitação depende de como se organiza a repetição; o número de vezes a se repetir uma peça, por exemplo, não deve ser maior que o alcance da atenção do músico. À medida que a pessoa desenvolve sua técnica, muda o conteúdo da repetição. Nesse sentido, quando afirmamos que a aprendizagem se dá pela observação e pela imitação, não se trata assim, da simples repetição de procedimentos. Deve-se refletir sobre o processo de feitura das coisas enquanto ele ocorre. E isso segue uma lógica particular, própria do mundo prático. O autor parte do pressuposto de que

fazer é pensar. Sennett considera que podemos identificar no trabalho do artífice as reações de satisfação e frustração próprias das atividades manuais, provocadas pela vontade de fazer as coisas da melhor maneira possível. A proposta de Sennett considera que, em todo período de tempo que se queira considerar, o trabalho manual esteve conectado a valores éticos como o do engajamento, isto é, o desejo de fazer da melhor maneira possível. Assim, seria possível refletir sobre si mesmo através do ato de produzir. Deve-se entender como as coisas são feitas, porque o processo de feitura das coisas concretas sempre revela algo a nosso respeito.

As reflexões acerca do processo de aprendizagem propostas aqui a partir de Sennett, Rugiu e de Venâncio, referem-se a transmissão de saberes no universo dos homens livres, de uma aprendizagem própria do Antigo Regime, especialmente o português. É preciso pensar de que maneira tais leituras podem contribuir para a análise da prática do ofício de ferreiro entre escravizados e libertos nas Minas do ferro oitocentista. Não se trata de simplesmente aplicar tais conceitos ao mundo da escravidão no Brasil, mas eles podem ser elucidativos em nosso objetivo.

Quando falamos em uma aprendizagem ligada ao modo de vida, isto também é possível no âmbito de vivência do escravizado artesão. A prática de um ofício por eles inegavelmente segue a lógica de redução de custos e obtenção de lucros de um senhor de escravos. Permite ao mesmo obter produtos e serviços através de escravizados hábeis e qualificados, minimizando sua dependência da disponibilidade de tais produtos no mercado.

Contudo, é preciso pensar, que, no universo da escravidão, os escravizados não eram sujeitos passivos. Posicionavam-se na sociedade a partir dos elementos que ela os oferecia. Dessa forma, a aprendizagem de um ofício podia representar para esses sujeitos históricos uma alternativa ao trabalho na lavoura, uma maneira de ter mais autonomia no exercício de seu trabalho:

> Negar aos escravos níveis de adestramento social e desenvolvimento de conceitos compatíveis ao trabalho livre é ignorar por completo tanto a realidade multifacetada da escravidão, quanto a capacidade dos cativos em criar artifícios de sobrevivência, que por certo, acompanharam os escravos no trajeto de integração ao universo dos homens livres (WISSENBACH, 1998. p. 29)

Isso significa que para o escravizado ou liberto artesão a prática de um ofício mecânico não é vista por eles como um elemento de depreciação moral, mas constitui o cerne de uma experiência de liberdade. O saber fazer dá a esse escravizado a possibilidade de criar uma rotina de trabalho diretamente ligada ao exercício de sua prática. O ofício permite-lhes uma autonomia que não é partilhada por outros escravizados que não tenham a sua especialização.

Dessa forma, quando falamos em produção e transformação do ferro, é a própria atividade que dita o ritmo da produção. Desde a extração do minério de ferro, sua preparação, a fundição e forja, o ofício de ferreiro permite a esse escravizado uma vivência de trabalho diferenciada dos demais cativos de sua unidade. É uma de suas maneiras de agir de acordo com os recursos que a ordem escravocrata oferecia.

Analisando as características sociais dos aprendizes de ferreiro identificados em nossas fontes, nota-se que a transmissão de saberes não tinha início nas fases iniciais da vida, como ocorria nas sociedades europeias descritas por Rugiu.

Na verdade, nos dados dos inventários, não pudemos perceber a existência de um padrão etário para o início da aprendizagem do ofício. Entre os 27 ferreiros listados, quatro deles, todos de propriedade do Alferes Manoel Fernandes Nunes, – um dos proprietários da Fábrica do Girau – foram descritos pela inscrição "com luz de ferreiro", evidenciando sua condição de aprendiz. São eles: Manoel Sabará, crioulo, de 19 anos; João, crioulo, de 26 anos; Florentino, pardo, de 36 anos; e Joaquim, crioulo, de 21 anos. Isto é, a condição de aprendiz é experimentada por indivíduos de faixas etárias distintas. Ainda assim, podemos dizer que o ofício é comum entre os jovens, em torno dos 20 a 30 anos. Entre os escravizados ferreiros, observamos o predomínio de indivíduos solteiros. Também pudemos observar que a presença de mais de um ferreiro por unidade produtiva investigada não foi a regra. Além do Alferes Manoel, apenas em mais um dos inventários encontramos mais de um escravizado ferreiro, o de José Carlos Marques, que quando de sua morte, era senhor dos "oficiais de ferreiro" Custódio e Manoel.

Através disso, podemos sugerir algumas questões: se a transmissão desse saber mecânico se dava através dos senhores, ou que tais oficiais ferreiros pudessem trabalhar, por meio de jornal ou por sociedade entre seus donos, em mais de uma unidade. Ou ainda, que essa atividade era desempenhada de maneira rudimentar, servindo apenas para sanar

a necessidade de pequenos reparos em instrumentos da lide agrícola e da mineração do ouro.

Ao confrontarmos esses dados com as características identificadas entre os ferreiros representados tanto na lista de reserva da Guarda Nacional de 1833 quanto na Relação Nominal dos Habitantes de Itabira de 1840, novas questões começam a ser evidenciadas. Nota-se um predomínio de pardos e crioulos entre os artífices dessa natureza: na primeira, temos 26 pardos, dois cabras, dois crioulos e apenas três brancos. Todos livres.

Também não podemos identificar a partir da descrição da lista de reserva diferenças quanto ao conhecimento do ofício, isto é, os indivíduos listados estão todos descritos apenas como ferreiros, não havendo possibilidade de distinguir os oficiais dos aprendizes. Da mesma forma que nos inventários, os ferreiros descritos nas listas pertencem a várias faixas etárias, sendo a menor idade presente 19 anos e a maior sendo a de 58 anos. Contudo, ao contrário do observado nos inventários, a maioria dos indivíduos era casada (apenas seis eram solteiros); o que reforça nossa proposta de que a concepção de laços de parentesco entre praticantes do ofício de ferreiro, pardos, criolos e/ou africanos, foi mais comum entre os livres que entre os escravos.

Da segunda fonte obtivemos uma gama maior de informações. Distribuindo a população por quarteirões, a partir de seus dados pudemos identificar a localização desses ferreiros por quarteirão na cidade de Itabira. Tornam-se evidentes a composição dos domicílios de cada um desses ferreiros. Em 1840, o núcleo urbano de Itabira estava dividido em doze quarteirões. A título de consolidação de dados, a partir da relação nominal de seus habitantes, separamos os ferreiros nela presentes de acordo com o quarteirão em que residiam.

Nos 1º e 2º quarteirões, a maioria dos ferreiros identificados são agregados no fogo, havendo apenas dois entre os seis indivíduos citados que são chefes de domicílio. O que indica que nestes quarteirões, entre os oficiais de ferreiro ali presentes, a aprendizagem não se fazia a partir da transmissão do conhecimento entre pais e filhos.

O terceiro quarteirão, com 19 ferreiros listados, nos apresenta uma distinção quanto à descrição desses indivíduos: 15 deles são ferreiros e 04 fabricantes de ferro. Acreditamos que essa última descrição se refere ao proprietário da forja ou do "engenho

de fazer ferro", mesmo que este não seja necessariamente ferreiro – termo que indica o domínio pessoal do ofício. É o caso de Dona Maria Luiza da Silva, chefe do domicílio 88, que certamente herdou de seu falecido marido a forja e 49 escravizados, entre os quais, três eram ferreiros. A expressão fabricante de ferro poderia ter sido usada, por exemplo, para identificar os proprietários das duas instalações maiores, as Fábricas do Girau e do Onça, que seriam qualificadas como manufaturas. As demais experiências de produção e transformação do ferro, disseminadas pelas diversas tendas de ferreiro espalhadas pela cidade poderiam ser entendidas como artesanato.

Acreditamos que esse quarteirão se localiza na área central da cidade: seria próximo à Rua de Baixo (uma rua que sai como bifurcação da Rua Flores, que, como já dissemos, é chamada hoje de Rua dos Operários. O nome, diziam os antigos, se deve ao fato de ali residirem vários mestres de ofício). Essa localização explicaria a concentração de ferreiros nessa parte da cidade: área de saída em direção a uma Fábrica de ferro de grande porte, de entrada de saída de comerciantes, de tropeiros, que poderiam precisar dos serviços oferecidos por tendas de ferreiros para consertos em utensílios da tropa.

É preciso lembrar que o trabalho com o minério de ferro compreenderia então algumas etapas: sua extração, a fundição do minério para se adquirir o ferro derretido e a forja, que se refere aos processos de produção da barra de ferro e de dar a esta a forma do produto desejado. Em nossas fontes, encontramos apenas essas duas distinções – ferreiro e fabricante de ferro. Não havendo distinção entre os trabalhos do fundidor – o que transforma o minério de ferro em ferro para ser trabalhado - e os do malhador - que daria a forma ao ferro fundido. O que implicaria na inexistência – ou precariedade – de uma divisão do trabalho aos moldes do conceito de manufatura.

A relação das lojas boticas, fabricantes de ferro e demais negócios da Capela de Nossa Senhora do Socorro, em 1829, foi um dos poucos documentos em que percebemos alguma especialização. Nesta, os fabricantes de ferro Pantaleão Pessoa e José Pereira do Rêgo foram descritos com a observação "só de fundir" [4]. De modo que, na ausência dessa especificação, estamos considerando a descrição ferreiro abrangente aos dois processos, fundição e forja do ferro.

[4] APMI, Fundo da Câmara Municipal. *Relação de lojas, boticas, fábricas de ferro e casas de negócios da Capela de Nossa Senhora do Socorro. 1829.* Cx. 01 A.

Ainda no que se refere aos ferreiros residentes no 3º quarteirão, temos uma presença maior de ferreiros em um mesmo fogo. Da mesma forma, já podemos identificar o chefe do domicílio descrito como ferreiro ou fabricante de ferro, (domicílios 74 e 88), partilhando a ocupação com escravos ou agregados.

Dos 19 habitantes trabalhadores do ferro deste quarteirão, seis são chefes do domicílio, sendo uma mulher, Maria Luiza da Silva, descrita como fabricante de ferro, que sendo viúva, é possivelmente herdeira da forja do marido, mantendo-a ativa. Era uma mulher rica, sabia ler, possuía 49 escravizados, ente os quais quatro eram ferreiros (três deles africanos).

Nas outras casas em que encontramos chefe de domicílio e escravizados ferreiros, os primeiros também são descritos como fabricantes de ferro (fogos 66, 74 e 90). Mais uma vez, a relação de hereditariedade na transmissão do ofício não se verifica. Para os escravizados, a aprendizagem aqui apresenta-se como resultado da convivência com outros ferreiros, fossem eles outros escravizados, seu senhor ou outros ferreiros livres. Uma aprendizagem ligada à experiência prática do cotidiano.

Quanto à origem desses ferreiros, temos o seguinte quadro: um branco, – não enumeramos D. Maria Luiza da Silva, uma vez que ela não pratica tal ocupação, apenas herdou os bens do marido que, ele sim, poderia ser ferreiro – cinco pardos, oito crioulos e quatro africanos. Mais uma vez, nota-se o predomínio da população de cor entre tais oficiais e aprendizes do ferro.

No que se refere à relação entre cor e condição, identificamos entre os crioulos o predomínio de cativos (um livre, seis cativos e um liberto). Entre os pardos, todos são livres, chefes de domicílio e casados. Reforça-se aqui a presença minoritária dos africanos no grupo.

Temos aqui a situação de Sebastião Cruz, ferreiro de 24 anos, chefe do domicílio de 65, liberto. Sebastião é casado com Antonia Maria, crioula de 40 anos, livre, que trabalha como costureira e é mãe de Sebastiana, também crioula de 13 anos. Este domicílio representa uma situação clara em que a liberdade se fez presente. Não podemos afirmar, apenas por esses dados, que a alforria de Sebastião fora conseguida pelo fato de ser ferreiro. Mas é este ofício, sem dúvida, que permite a ele viver entre os livres como chefe de um domicílio, com outros crioulos livres, na área central da Itabira.

Outro liberto identificado é João Coelho, africano de 36 anos, casado, residente no domicílio de José de Magalhães Barboza. É possível que João Coelho tivesse sido escravizado do mesmo José de Magalhães – uma vez que este tem ainda mais dois cativos ferreiros, Joaquim e Gregório, ambos crioulos – e tivesse permanecido junto a seu ex-senhor, proprietário da forja, para que pudesse continuar vivendo de seu ofício.

Em se tratando de uma área central, é provável que todos esses ferreiros tivessem ampla circulação uns com os outros. De modo que, assim como aponta Sennett, o aprender o ofício de ferreiro se dava a partir de sua prática, isto é, aprendia-se fazendo. Não havia um aprendizado longo, como no caso das corporações de ofício da Europa Ocidental, e nem mesmo esse era iniciado na tenra idade, dada a falta de um padrão consistente quando observamos a idade dos ferreiros identificados. Como nem todos eram proprietários de forja, poderiam trabalhar em conjunto nas instalações dos fabricantes de ferro ali presentes. Conviviam. Assim, a experiência da aprendizagem desse ofício, nas Minas do Ferro escravista, era inerente ao modo de vida dos escravizados e libertos que nela se envolveram.

Nos 4º e 5º quarteirões, mais uma vez predomina entre os ferreiros entre pretos, pardos e crioulos. Trata-se de domicílios pequenos, compostos pelos chefes do domicílio, seus familiares, outros crioulos e pardos livres, libertos ou escravizados. Da mesma maneira, temos um predomínio de chefes de domicílios entre os ferreiros identificados nesses quarteirões. Homens que a partir do ofício de ferreiro, buscavam se inserir no mundo dos livres e através dele, demonstrar sua condição liberta.

Encontramos também nesses quarteirões Maria Francisca de Assis, parda, de 53 anos, solteira, fazendeira, Jerônimo Machado Porto, pardo de 46 anos, livre, negociante e Fernando Antonio Drummond, branco, de 23 anos, casado, comerciante.

Maria Francisca divide seu fogo com mais dois indivíduos livres, dois libertos e dois escravizados. Um dos libertos é o ferreiro Firmiano Moreira, pardo de 37 anos, casado, descrito apenas como ferreiro. Firmiano é casado com Francisca Rosa Mendes, também parda e liberta, de 27 anos, que vive de seu ofício de costureira.

Trata-se de um fogo formado predominantemente por escravos e libertos, que vivem de si a partir dos ofícios que prestam na cidade de Itabira. Não podemos afirmar se há laços de parentesco entre eles, embora seja possível, pela disposição dos nomes e

pelas idades das mesmas, que Francisca, esposa de Firmino, seja filha de Maria Francisca. De toda maneira, buscam juntos uma forma de sobrevivência nesta sociedade escravista. A presença de escravizados entre eles demonstra uma prática comum entre os libertos: de, sempre que possível, a partir da propriedade de escravizados, superar seu passado de cativeiro. O ferreiro Firmiano e sua esposa são os únicos do domicílio que possuem um ofício definido. Como ferreiro, Firmiano pode oferecer seus serviços para as fábricas da região, como a do Girau e do Onça, ou mesmo, trabalhar por jornal junto a outros proprietários de forjas na cidade ou com outros ferreiros livres. Também poderia ter uma tenda, na qual trabalhariam com ele outros ferreiros, livres ou escravizados das proximidades.

Observamos nesse domicílio uma situação que, como veremos, se repetirá em outros analisados adiante: o casamento entre ferreiros (livres, pardos ou crioulos), com crioulas ou pardas livres que praticam o ofício de costureira. Ou seja, situação de uniões entre indivíduos artesãos e autônomos, prestando serviços para os habitantes da cidade e/ou para viajantes que por ali passavam.

É preciso considerar também que, conforme já foi dito, a localização de Itabira é um ponto estratégico no caminho que liga as áreas de mineração antiga com o norte de Minas. A passagem de tropas poderia ser algo frequente ali e que seriam uma demanda para os serviços das tendas de ferreiro que ali se localizavam. Consertos em utensílios desgastados pelo uso e pelas viagens poderiam ser feitos por ferreiros como Firmiano.

Da mesma forma, Francisca, como costureira, poderia fazer remendos em roupas puídas pelo tempo e pelo desgaste do uso, tanto desses viajantes como de habitantes da Cidade. O ofício é para ambos a maneira de consolidar a liberdade já conquistada.

Outro chefe de domicílio desses quarteirões que não é ferreiro é Jerônimo Machado Porto, pardo de 46 anos, negociante. Casado com a parda Beatriz Nunes, de 30 anos, costureira livre, Jerônimo vive junto a seus quatro filhos, dois escravizados e o livre Antonio Faustino, pardo de 19 anos, que prática o ofício de ferreiro. Faustino não é filho de Beatriz Nunes, o que sabemos ao comparar a idade dos dois. Também não existem outros ferreiros em seu domicílio. Dessa forma, a aprendizagem e o exercício de seu ofício ocorreria aqui através do trabalho em conjunto com outros ferreiros, isto é, uma aprendizagem marcada pela convivência, socializada pela prática.

Fernando Antonio Drummond, branco de 33 anos, casado com Tereza Miguelina, é negociante e proprietário de sete escravizados, entre eles João dos Santos. João é pardo, tem 40 anos, é solteiro e descrito na relação nominal como ferreiro. É o único ferreiro do domicílio em que reside.

Embora não fosse ferreiro, por ser um negociante, Fernando Antonio poderia ser proprietário de uma tenda na qual utilizava os serviços de João dos Santos para vender os artigos de ferro por ele produzido. Ali também poderiam trabalhar Antonio Faustino, Joaquim Leandro, Firmiano Moreira, entre os outros ferreiros que viviam nas proximidades de seu fogo.

No 6º quarteirão encontramos um caso em especial deve ser considerado aqui, justamente por não se enquadrar no padrão de aprendizagem encontrado comumente nos fogos até aqui discutidos. Trata-se do domicílio 277, quem tem como chefe Antonio Coelho.

Antonio Coelho, pardo de 51 anos, casado com a parda livre Maria Joana, de 41 anos, é descrito como ferreiro. O casal divide a residência com mais cinco homens livres, todos ferreiros, que pela idade e disposição na lista, podem ser seus filhos. São eles: José Amaro, pardo de 22 anos; Antonio, pardo de 18 anos; Thomé, pardo de 20 anos, Manoel, pardo de 16 anos e Claudino, pardo de 14 anos. Todos eles são livres e solteiros. Nesse caso, a aprendizagem do ofício pode ter se dado pela transmissão do ofício de pai para filho, compreendendo uma prática exercida entre todos os homens membros da família. A transmissão de saberes mecânicos por hereditariedade e tendo início na infância, uma vez que, o fato de encontrarmos na documentação os filhos de Antonio Pedro já crescidos não significa que o seu contato com o ofício de ferreiro tenha se iniciado no momento em que conseguimos apreendê-los na fonte. Tal aprendizagem certamente inicia-se bem antes disso. Aprendizagem no ambiente doméstico e familiar. Com o uso de instrumentos próprios, dominando todo processo de trabalho e da qual os frutos são revertidos para a manutenção da unidade produtiva familiar. Um exemplo típico do modelo clássico de produção artesanal.

Os outros oito ferreiros encontrados nos 6º e 7º quarteirões estão distribuídos em três domicílios, os fogos 303, 304 e 330.

José Filho Ferreira, pardo de 80 anos, solteiro, com a ocupação de negociante, é

chefe do domicílio 303, onde residem mais dois homens livres e dois cativos. Entre esses, temos Pacífico Filho, pardo solteiro de 22 anos, ferreiro e que pode ser filho do dito José. Os escravizados Luiz, africano de 26 anos e o também Luiz, também africano, de 26 anos, ambos solteiros, são descritos como ferreiros.

No fogo 304, o ofício de ferreiro é ocupação do chefe, Arcanjo Teixeira, pardo de 40 anos, casado, livre (sabe ler) e dois habitantes livres, Manoel e Francisco, que podem ser filhos do casal. Arcanjo tem 40 anos, é pardo, livre e casado. Manoel, de 21 anos e Francisco, de 18, partilham com o chefe do domicílio a cor, a condição jurídica e o ofício. Considerando Manoel e Francisco filhos de Arcanjo Teixeira, esse é mais um dos poucos casos em que temos a transmissão geracional do ofício para fogos formados por ferreiros descritos como pardos, crioulos, pretos ou africanos.

Narcizo Teixeira, ferreiro livre de 71 anos, casado com a parda Maria, de 39 anos, é chefe do domicílio de número 330. Com o casal moram mais 3 escravizados, entre eles João, de origem africana, solteiro, também ferreiro, sem idade definida.

Entre os casos identificados no 8º e 9º quarteirões, trataremos aqui de dois em especial: o de Manoel José dos Santos (fogo 375, 8º quarteirão) e o de Felícia Fernandes (fogo 485, 9º quarteirão).

Manoel José dos Santos, pardo de 61 anos, é um negociante livre casado com a parda livre Joana, de 42 anos. Nesta casa há também o ferreiro Francisco, pardo livre, de 19 anos, filho do casal. Moram ali apenas os três. O inventário de Manoel, datado de 1863, continha em sua descrição de bens parte em terras na Fazenda do Monjolo, na qual havia 120 alqueires de milho, avaliado tudo em 1:200$000; terras de cultura no lugar denominado Chapadão, com 43 alqueires de milho, avaliadas em 516$000.

Manoel deixava também quatro escravizados sem ocupação definida[5]. O monte-mor de seus bens equivale a 3:646$000. Ao que tudo indica, esses escravizados trabalham nas terras ou da Fazenda dos Monjolos ou no Chapadão, uma vez que não foram listados na relação nominal de 1840 como integrantes do fogo 375.

[5] A Fazenda Chapadão localizava-se fora dos limites da Cidade, em direção a Caeté. Acabou dando origem a uma comunidade rural que por muito tempo chamou-se Chapada, onde haviam pequenas propriedades agrícolas e de criação de animais. Atualmente esta área foi rebatizada como Bairro Boa Esperança. Contudo, acreditamos que a residência descrita na relação nominal como fogo 375 do 6º quarteirão se refere a outra propriedade, devida a distância que a Fazenda Chapadão estava do núcleo da cidade.

Notadamente, não foi com seu pai que Francisco aprendeu seu ofício de ferreiro. O inventário de Manoel dos Santos não indicava elementos de ferro ou que pudessem indicar que em suas propriedades havia alguma tenda de ferreiro. Certamente, o processo de aprendizagem de Francisco nas artes do ferro se fez a partir da convivência com outros artesãos que trabalhavam nas vizinhanças. Contudo, o produto de seu trabalho poderia também atender a demanda por instrumentos agrícolas nas terras de seu pai.

Já Felícia Fernandes, pardaçã de 40 anos, é livre e solteira, vivendo de seu trabalho de lavadeira. É chefe do fogo 485, do 9º quarteirão, onde estão descritos também mais cinco homens livres e solteiros. Destes, quatro são ferreiros: Francisco Romão, pardo de 20 anos ; Angelo, pardo de 20 anos; Manoel, pardo, também de 20 anos e o pardo José, de 16 anos. Possivelmente filhos de Felícia. Trata-se de um fogo composto por indivíduos de cor que vivem de seu trabalho, a partir dos serviços que prestam para os habitantes da cidade de Itabira. O ofício de ferreiro está presente como a atividade desenvolvida por praticamente todos os homens deste domicílio, pela idade, certamente eram aprendizes. Possivelmente, esses ferreiros trabalham juntos, oferecendo seus serviços aos proprietários de forjas da cidade, juntamente com outros ferreiros livres, libertos e escravizados. Há também a possibilidade serem eles autônomos, trabalhando em sua própria tenda de ferreiro.

A tabela 01 indica os ferreiros que ocupam os 10º, 11º e 12º quarteirões da cidade de Itabira, área em que encontramos a maior concentração de ferreiros:

Tabela 1 – Ferreiros /Fogos - 10º, 11 e 12º Quarteirões. Itabira/1840.

Nome	Quart.	Fogo	Situação no fogo	Id.	Cor	Estado Civil	Filhos	Cond.	Descrição

José Caetano	10º	506	Chefe do domicílio	40	Branco	Casado	4	Livre	Ferreiro
Domingos Teixeira	10º	516	Agregado	14	Pardo	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
Manoel Teixeira de Figueredo	10º	531	Escravo	25	Criolo	Solteiro	-	Cativo	Ferreiro
Cláudio Muniz Lopes	10º	539	Chefe do domicílio	49	Pardo	Casado	5	Livre	Ferreiro
Manoel	10º	539	Filho do chefe do domicílio	18	Pardo	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
Tomaz Francisco (Cardoso ou Cordeiro)	10º	564	Chefe do domicílio	25	Criolo	Casado	2	Livre	Ferreiro
Joaquim Muniz Roriz	10º	574	Chefe do domicílio	24	Pardo	Casado	4	Livre	Ferreiro
Felisberto Ferreira dos Santos	10º	580	Chefe do domicílio	35	Pardo	Casado	6	Livre	Ferreiro
Rafael Frz. Silva	10º	583	Chefe do domicílio	25	Pardo	Casado	2	Livre	Ferreiro
Manoel	10º	585	Filho do chefe do domicílio	34	Pardo	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
Bento	10º	585	Filho do chefe do domicílio	16	Pardo	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
José	10º	585	Filho do chefe do domicílio	15	Pardo	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
Manoel dos Santos	11º	587	Chefe do domicílio	52	Criolo	Casado	3	Liberto	Ferreiro
Antônio Carreiro	11º	589	Chefe do domicílio	25	Criolo	Casado	2	Livre	Ferreiro
Rufino	11º	593	Escravo	20	Pardo	Solteiro	-	Cativo	Ferreiro
Antonio Justino Fernandes	11º	594	Chefe do domicílio	25	Pardo	Casado	3	Livre	Ferreiro
Manoel Justino Fernandes	11º	595	Chefe do domicílio	29	Pardo	Casado	1	Livre	Ferreiro
Camilo Roiz Pereiria	11º	596	Chefe do domicílio	28	Pardo	Casado	2	Livre	Ferreiro
Antônio Ferreira da Rocha	11º	599	Chefe do domicílio	30	Pardo	Casado	2	Livre	Ferreiro
Lizardo	11º	602	Filho do chefe do domicílio	20	Branco	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
Joaquim	11º	603	Escravo	37	Pardo	Solteiro	-	Cativo	Ferreiro
Juvenal	11º	603	Escravo	25	Pardo	Solteiro	-	Cativo	Ferreiro
Joaquim Frz. Muniz	11º	604	Chefe do domicílio	50	Pardo	Casado	1	Livre	Ferreiro
José Mendes de Brito	11º	605	Chefe do domicílio	30	Pardo	Casado	3	Livre	Ferreiro
Raimundo	11º	606	Escravo	50	Criolo	Solteiro	-	Cativo	Ferreiro
José Antônio Ferreira	11º	609	Chefe do domicílio	50	Pardo	Casado	-	Livre	Ferreiro
José dos Santos	11º	616	Chefe do domicílio	30	Criolo	Casado	2	Livre	Ferreiro

Justino Nartão	11º	625	Chefe do domicílio	35	Crioulo	Casado	1	Livre	Ferreiro
Joaquim Ferreira Pinto	11º	628	Filho do chefe do domicílio	16	Crioulo	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
José Pereira	11º	630	Chefe do domicílio	30	Crioulo	Casado	1	Livre	Ferreiro
Vitorino Nunes	11º	646	Chefe do domicílio	35	Pardo	Casado	1	Livre	Ferreiro
Manoel Antônio Nunes	11º	653	Chefe do domicílio	24	Pardo	Casado	1	Livre	Ferreiro
Miguel Vieira	11º	660	Chefe do domicílio	70	Crioulo	Casado	5	Livre	Ferreiro
Francisco Sardinha	11º	662	Chefe do domicílio	33	Pardo	Casado	6	Livre	Ferreiro
Joaquim	11º	688	Filho do chefe	19	Branco	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
José	11º	688	Filho do chefe	15	Branco	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
Joaquim Gonçalves	11º	690	Chefe do domicílio	36	Branco	Casado	3	Livre	Ferreiro
Estevão Gonçalves	11º	691	Chefe do domicílio	38	Pardo	Solteiro	-	Livre	Ferreiro
Felisberto Carneiro dos Santos	11º	696	Chefe do domicílio	24	Crioulo	Casado	-	Livre	Ferreiro
José Silvério de Souza	11º	697	Chefe do domicílio	24	Pardo	Casado	1	Livre	Ferreiro
Felipe	11º	699	Escravo	30	Pardo	Solteiro	-	Cativo	Ferreiro
Ricardo	11º	699	Escravo	25	Crioulo	Solteiro	-	Cativo	Ferreiro
Antônio Brandão	12º	756	Chefe	36	Crioulo	Casado	2	Livre	Ferreiro
Joaquim José	12º	769	Chefe	30	Pardo	Casado	1	Livre	Ferreiro
Francisco	12º	773	Escravo	36	Africano	Casado	-	Cativo	Ferreiro

*Fonte***:** APM, *Relação Nominal dos Habitantes da Vila de Itabira – 1840*. (MP – Cx 08. Doc 17)

A partir dessa disposição por fogos dos ferreiros, podemos identificar que existem três focos de maior concentração desses artífices na Cidade de Itabira: os 3º, 10º e 11º quarteirões. O primeiro com 19 indicações (15 ferreiros e 4 fabricantes de ferro); o segundo com 12 indivíduos (todos ferreiros) e o último, com a maior quantidade de ferreiros em um mesmo quarteirão, com 30 indivíduos, todos eles descritos como ferreiros. Observando a disposição geográfica destes dos 10º, 11º e 12º quarteirões, nota-se que a maioria dos oficiais e aprendizes ferreiros de Itabira residem nas saídas da cidade

em direção ao Distrito de Santa Maria, nas proximidades da área denominada Campestre[6]. Também é este o caminho a se fazer para chegar a fábrica do Girau e para seguir em direção ao norte da Província de Minas Gerais.

Já apontamos para o fato de que, no século XIX, na região norte de Minas estava em desenvolvimento a lavoura de algodão, além dos núcleos diamantíferos, que requeriam de ferramentas e instrumentos de ferro que as tropas de passagem por Itabira poderiam ali adquirir. Assim, podemos definir essa área como uma "rua dos ferreiros".

Trabalharemos as características desses oficiais e aprendizes ferreiros identificados na rua dos ferreiros a partir de seu posicionamento no fogo: fogos de homem branco chefe do domicílio e ferreiro; fogos de homem ou mulher brancos com livres ou escravizados ferreiros; fogos de pardos e/ou crioulos chefes do domicílio e ferreiro; fogos de pardos e/ou crioulos com agregados, filhos ou cativos ferreiros.

Na primeira situação, isto é, fogos em que o chefe do domicílio é branco e ferreiro, temos os seguintes casos: José Caetano, residente no 10º quarteirão (fogo 506); Joaquim Gonçalves, residente ao 11º quarteirão (fogo 690). Além de três situações de homens brancos ferreiros que são filhos do chefe do domicílio: Lizardo, residente no 11º quarteirão (fogo 602), e os irmãos Joaquim e José (ambos no domicílio 688).

José Caetano Lima, branco, tem 40 anos, é casado com Izidora Maria, também branca, costureira de 30 anos. Com o casal residem seus quatro filhos menores, que estão na escola e mais um homem livre. José não tem outro ferreiro em seu domicílio, e provavelmente desenvolve seu ofício juntamente com outros ferreiros de sua redondeza. Poderia ser proprietário de uma tenda, atendendo a transeuntes e viajantes. Assim como também o faria sua esposa, Izidora Maria, prestando serviços como costureira.

O ferreiro Joaquim Gonçalves, de 36 anos, sabe ler e é casado com a branca Ignácia, de 30 anos. O casal tem três filhos, entre os quais nenhum partilha o ofício do pai.

Já Lizardo, jovem branco de 20 anos, é solteiro, e reside junto a seu pai, Joaquim José Carneiro, de 50 anos, de profissão lavrador, a sua mãe, a costureira branca de 40 anos, Maria Joaquina, a seus nove irmãos e a um cativo que serve a família. Nenhum de

[6] A identificação da localização destes quarteirões se faz devido ao fragmento de documento encontrado, indicando a residência de José Evaristo da Cruz, morador no fogo 12 do 14º quarteirão, no Bairro Campestre. Cf: APMI, *Diversos*, Cx. 02.

seus irmãos partilha a sua habilidade no trabalho com o ferro, e o único escravizado de posse do casal, que não tinha ocupação definida na documentação, pode ser um aprendiz ou auxiliar nos demais serviços.

Os irmãos Joaquim, de 19 anos e José, de 15 anos, ambos solteiros, partilham o mesmo saber mecânico. O chefe o domicílio é o pai dos ferreiros, José Gomes da Silva, lavrador, de 50 anos de idade. Residem ainda neste fogo a esposa de José Gomes, Rosa Maria das Neves, branca de 30 anos, que, pela idade, não é a mãe pelo menos do ferreiro Joaquim. É possivelmente um segundo casamento de José Gomes.

Também ali moram os nove filhos menores do chefe do domicílio. Estes sim podem ser filhos também de Rosa Maria, além de seis escravizados, nenhum deles com ocupação definida. Neste caso, observamos uma situação em que temos o saber direcionado pela convivência com outros artesãos aliado a um processo de transmissão de ofício realizado no seio da família, aos moldes da aprendizagem tradicional.

Embora a população branca não seja o objeto desta pesquisa, discutiremos aqui estes dados a título de comparação. Não verificamos em nenhum desses casos citados acima, referentes aos domicílios dos 10º, 11º e 12º quarteirões a transmissão hereditária do ofício de ferreiro, embora tenhamos verificado casos de familiares compartilhando o domínio de um saber artesanal.

Nos casos citados para estes últimos quarteirões, os dados indicam que a transmissão de saberes mecânicos se faz pela convivência com outros oficiais. A ausência de cartas de exame de oficio entre esses oficiais ferreiros demonstra que a organização e representação institucionalizada junto às Câmaras Municipais não se faz presente no século XIX como o foi no setecentos, conforme apontaram para Vila Rica, São Paulo e Salvador, Menezes, Libby e Flexor[7].

Entre os domicílios de homens ou mulheres brancos com livres ou escravizados ferreiros temos os de: Maria Joaquina de Jesus, no domicílio 531; D. Maria Joaquina de

[7] Cf: MENEZES, *op. cit*, 2003, LIBBY, *op. cit*. 2006 , e FLEXOR, *op. cit*, 1974, 1984 . Não encontramos cartas de exame do ofício de ferreiro ou de nenhum outro na documentação do APMI. As únicas encontradas se referiam a profissionais da área médica, como parteiras e cirurgiões. É preciso considerar aqui o estado de organização do acervo do APMI. A documentação pertencente ao "Fundo da Câmara Municipal" não está organizada por tipologia de fontes, mas apenas por sequência cronológica. Trata-se de uma ampla documentação que, devido ao tempo necessário para um levantamento completo foi consultada apenas parcialmente. Podem haver cartas de exame de ofício nesta documentação, mas o estado de organização do acervo impediu que sua consulta fosse plenamente realizada em tempo hábil para conclusão deste trabalho.

Jesus, homônima da primeira, mas residente no fogo 603; Antonio Pedro do Rego e Joaquim da Costa Lage.

D. Maria Joaquina de Jesus tem 30 anos, é viúva e vive de seu trabalho como costureira. Em seu domicílio estão ainda seus três filhos e seis escravizados. Entre seus cativos, encontramos Adão, crioulo de 25 anos, solteiro, descrito na documentação como ferreiro.

Nas proximidades dessa, encontramos outra D. Maria Joaquina de Jesus. Esta, também viúva, tem 80 anos, sabe ler, é descrita com a ocupação lavradora. D. Maria Joaquina tem 11 escravizados, entre os quais os ferreiros Joaquim e Juvenal. Ambos pardos e solteiros, o primeiro com 37 anos e o segundo com 25 anos.

Outro domicílio com as características do primeiro grupo destacado é o de Antonio Pedro do Rego. Residente no domicilio 606 do 11º quarteirão, Antonio Pedro tem 48 anos, é casado com Ana Thereza, de 40 anos. É lavrador, sabe ler e é proprietário de cinco escravizados. Raimundo, um deles, é crioulo, tem 50 anos, é solteiro e ferreiro. A presença de Raimundo entre os cativos de Antonio Pedro se mostra ainda mais elucidativa ao encontrarmos o nome de seu proprietário entre os herdeiros dos bens de D. Maria Joaquina de Jesus, mãe de Antonio Pedro, cujo processo de inventário data de 1843[8]. Trata-se da Maria Joaquina de Jesus, residente no domicílio 603, descrita anteriormente. Entre os bens da inventariada constam uma fazenda de cultura no Rio de Peixe avaliada em 1:800$000, na qual existia uma pequena criação de porcos; moradas de casas no valor de 120$000, paiol, monjolo, moinho, senzalas, terras minerais, um engenho de fazer ferro e metade de uma safra de ferro com 18 libras, avaliada em 2$880.

Além disso, haviam oito escravizados sem ocupação definida. Entre eles Joaquim e Juvenal que, curiosamente, não foram identificados na descrição de bens como ferreiros. É bastante provável que o escravo Raimundo prestasse seus serviços de ferreiros no engenho de ferro de D. Maria Joaquina, produzindo utensílios para a lavoura desenvolvida na dita fazenda do Rio de Peixe. A administração dessa fazenda coube, desde a morte do pai de Antonio Pedro em 1832, a seu irmão Domingos da Costa Rego. A quem também coube, pela partilha dos bens de Maria Joaquina, os escravizados Juvenal e Joaquim.

[8] APMI. *Inventário de Dona Maria Joaquina de Jesus*. Inventários. CX 15. Inv. Nº 261.

A ausência de outros escravizados ferreiros no domicílio de Antonio Pedro demonstra que a prática e aprendizagem do ofício se davam através da circulação desses saberes em unidades produtivas diferentes. Antonio Pedro não era ferreiro, não possuía outros escravizados ferreiros, mas poderia manter Raimundo como mão de obra no engenho de fazer ferro das terras de sua mãe, onde sabemos que já trabalhavam Joaquim e Juvenal. Não era ele, enquanto proprietário, que ensinara a Raimundo seu ofício.

Possivelmente Raimundo aprendera o ofício com os escravizados ferreiros de Maria Joaquina, na Fazenda do Rio de Peixe. Mas Antonio via no exercício dessa prática por parte de seu cativo um meio de obter determinados produtos e serviços que poderiam facilitar o trabalho na produção agrícola. Ou mesmo, apenas produzir o ferro para ser trabalhado por outros ferreiros nas vizinhanças. E Raimundo, por sua vez, teria junto aos demais cativos de Antonio Pedro uma posição mais destacada, já que possuía um ofício cuja aprendizagem lhe permitia circular com mais liberdade entre os outros artesãos da região. Seu trabalho era ditado pelo ritmo da produção do ferro. Ser ferreiro permitia a Raimundo muito mais autonomia que certamente tinham os outros escravizados de Antonio Pedro.

No fogo 699, Joaquim da Costa Lage, viúvo de 62 anos, mineiro, é proprietário dos escravos ferreiros Felipe, pardo, solteiro, de 30 anos e Ricardo, crioulo, também solteiro, de 25 anos. Além desses, Joaquim tem mais 119 cativos (a maioria tinha a ocupação de mineiro ou de roceiro).

Em sua casa foram listados ainda seus quatro filhos e oito indivíduos livres. Joaquim da Costa Lage é um dos grandes proprietários de terras minerais em Itabira, e já havia sido identificado como inventariante de Dona Senhorinha Maria Clara de Andrade, em processo de 1840, em que os bens compreendiam grande fortuna[9].

Entre esses bens, estão a Fazenda Engenho com oitenta alqueires de planta de milho, avaliada em 1:284$000; uma roça no Ribeirão de São José com 92 alqueires de milho, avaliada em 523$336. Um outro terreno de cultura na Fazenda Caxoeira com 12 alqueires de milho em 102$000; terreno de cultura no Morro do Coelho com 25 alqueires de milho em 212$500 e uma morada de casa de sobrado na Vila de Itabira com água por bicas em 1:400$000. É importante ressaltar como um sobrado bem localizado na Vila de Itabira

[9] APMI, *Inventário de D. Senhorinha Maria Clara de Andrade*. Inventários. Cx. 13. Inv. nº 232

tinha um valor superior ao da fazenda, com seus alqueires de cultura e benfeitorias. Em datas e praças nas Serras do Esmeril, Conceição, Piriquito e Itabira, a quantia 13: 575$000[10]. Há ainda 104 escravizados, entre eles, um ferreiro: João, crioulo de 64, aleijado dos pés, avaliado em 150$000.

O inventário de Dona Senhorinha Maria Clara de Andrade, de quem Joaquim da Costa Lage fora herdeiro e filho inventariante, constava ainda de uma extensa lista de crédito por dívidas dos moradores da Vila, somando tudo a quantia de 1:959$439.Além disso, a quantia de 210$000 referente à dívida vencida do preto forro José Antonio. A inventariada deixa em dinheiro a quantia de 1:461$343 e 36:254$080 no valor total de seus escravizados. O monte-mor do inventário soma a invejável fortuna de 58:960$073. Trata-se de um caso em que os serviços dos escravizados ferreiros Felipe e Ricardo serviriam a Joaquim da Costa Lage como forma de atender as necessidades de suas lavouras e das terras minerais que possuía. Felipe e Ricardo poderiam não só fundir o minério de ferro retirado das lavras que seu proprietário tinha nas Serras do Esmeril, Conceição, Piriquito e Conceição, como também forjar ferramentas para a cultura de milho e para a mineração nessas mesmas terras minerais, sobretudo em Conceição, que, conforme nos relata Saint-Hilaire, nesse período já iniciava sua exploração subterrânea de ferro, na década de 1820.

Outro ponto a considerar é o fato de, em um uma lista de escravizados tão extensa, haver apenas 02 descritos como ferreiros. Observa-se que a atividade que preenche os maiores interesses de Joaquim da Costa Lage é a mineração de ouro e ferro, dado ao grande número de seus escravizados serem representados na fonte com a ocupação de mineiros/mineradores. Dessa forma, Felipe e Ricardo fariam parte de uma atividade subsidiaria nesta unidade produtiva. E estes muitos escravizados mineiros de Joaquim também podiam auxiliar nos trabalhos de fundição, deixando a forja do metal a cargo de Felipe e Ricardo. Sendo os únicos ferreiros de propriedade de seu afortunado senhor, estes dois artesãos também poderiam praticar seu ofício junto aos outros ferreiros, entre outros escravizados, livres e libertos, dos 10º, 11º e 12º quarteirões. Também é provável que Joaquim da Costa Lage pagasse pelos serviços de outros ferreiros dessa área para atender a necessidade de utensílios de ferro em suas roças e minas, uma vez que o trabalho

[10] Consideramos aqui como data a propriedade de terras mineiras e praça como ter a concessão de exploração de pontos de minas, sem ter a propriedade efetiva das mesmas.

somente de Felipe e Ricardo pudesse não ser suficiente para tal demanda.

O segundo grupo de ferreiros identificados na lista nominal dos habitantes de Itabira se refere aos ferreiros pardos ou criolos chefes de domicílio. Neste grupo, temos: Manoel Ferreira de Figueredo; Claudino Muniz Lopes; Tomaz Francisco; Joaquim Muniz Roriz, Felisberto Ferreira dos Santos; Rafael Fernandes. Silva; Manoel dos Santos; Antonio Carreiro; Antonio Justino Fernandes; Manoel Justino Fernandes; Camilo Roiz Pereira; Antonio Ferreira da Rocha; Joaquim Fernandes Muniz; José Mendes de Brito; José Antonio Ferreira;José dos Santos; Justino Nartão; José Pereira; Vitorino Nunes; Manoel Antonio Nunes; Miguel Vieira; Francisco Sardinha; Estevão Gonçalves, Felisberto Carneiro dos Santos; José Silvério de Souza e Antonio Brandão. Todos eles casados. Discutiremos aqui alguns casos individuais a fim de tentar identificar certas condutas comuns entre eles.

Próximo à residência de Joaquim da Costa Lage está o ferreiro Claudino Muniz Lopes. Claudino tem 49 anos, é pardo e casado com a também parda Silvéria Joana, de 44 anos, costureira livre – mais uma vez, a união de artesãos autnômos. Com o casal neste domicílio moram mais cinco filhos. Entre eles, Manoel, pardo de 18 anos, solteiro, ferreiro como seu pai. Aqui podemos observar, apesar de não ser o mais comum nas relações de aprendizagem entre homens de cor nas Minas do ferro, a transmissão do ofício de ferreiro entre pais e filhos. Certamente, Claudino e Manoel trabalham juntos e tiravam de seu trabalho o sustento da casa e da família. Em um domicílio formado apenas por pardos, integrantes de uma mesma família, é significativo o ofício de ferreiro ser a única ocupação definida para os homens, sendo identificado entre pai e filho. É possível também que Claudino e Manoel tenham sido aprendizes juntos, de outros artífices da rua dos ferreiros.

O domicílio 564 desse mesmo quarteirão tem como seu chefe Thomaz Francisco. Ferreiro, Tomaz é crioulo, tem 25 anos, sabe ler, e é casado com a também crioula Maria Jerônima, de 24 anos, sem ocupação definida, com quem tem dois filhos menores.

Situação semelhante é vivenciada por Felisberto Ferreira dos Santos, pardo de 35 anos, casado com a costureira Tereza, também parda, também com 35 anos. Do ofício de ferreiro Felisberto retira os rendimentos para sustentar sua casa na rua dos ferreiros e os 06 filhos que tem com Tereza.

Outro caso a ser considerado é o do ferreiro Francisco Sardinha (fogo 662). Com 33 anos, Francisco é casado com Ana Francelina, parda de 26 anos e com eles residem seis crianças, possivelmente filhos do casal.

Sardinha já havia sido identificado em nossas fontes na lista de reserva para a Guarda Nacional, em 1833. Neste ano, Sardinha já era casado, tinha 25 anos, já praticava o ofício de ferreiro e o local de sua residência foi identificado com a expressão "arraial". Sabendo que a elevação de Itabira à categoria de Vila data deste mesmo ano de 1833, a expressão pretendia indicar que Francisco Sardinha tinha residência dentro do núcleo central da Itabira. Talvez na mesma casa e lugar. Único ferreiro de seu domicílio, temos mais uma vez o quadro da aprendizagem do oficio pela convivência com outros artesãos.

Já é consolidada na histografia sobre o Brasil escravista, a existência da família escrava em todo o período. Estudos como os de Slenes foram significativos para tal entendimento (SLENES, 1987, p. 217-227). Ainda que as fontes cartoriais como as consultadas nesta pesquisa não sejam capazes de identificar as uniões não formais entre escravizados, tais relações se mostram de forma bastante evidente nos casos até aqui analisados.

A respeito de tais uniões entre escravizados, Reis considera que

> Hoje é consenso que a família escrava não se baseou necessariamente no casamento legal. Vale ressaltar, no entanto, que, de nenhuma forma, os baixos índices de uniões legitimadas entre a população negra desqualifica a sua experiência de vida familiar, pois não foram poucas as evidências da importância atribuída pelos negros com diferentes estatutos jurídicos às suas relações familiares e de parentesco, independentemente de se tratar de família constituída através do casamento católico ou consensual, família nuclear ou parcial. Por outro lado, para além da análise da família nuclear e legítima, os historiadores têm observado, em alguma medida, o extenso relacionamento entre os escravizados, a partir da análise das relações de parentesco ampliado e de compadrio, sugerindo que foi possível a disseminação de padrões de vida familiar e redes de parentesco diversificados no seio das comunidades negras no contexto escravista (REIS, 2010, p. 118)

Considerando essa perpsectiva e analisando as características gerais dos artífices do ferro da rua dos ferreiros, que são pardos ou crioulos e chefes de família, observamos a existência de certo padrão entre eles. O casamento é uma realidade entre todos eles, e casamentos endogâmicos, tanto no que se refere à cor e condição jurídica da cônjuge, quanto no que se refere a ocupação. Observamos o predomínio de casamentos entre

crioulos e crioulas, pardos e pardas, assim como entre homens e mulheres artesãos. Já havíamos apontado anteriormente para a conjugação ferreiro – costureira, indicando a busca de um meio de vida autônomo que consolidasse a experiência da liberdade. O domicílio que chefiam é geralmente formado por outras pessoas de cor, em pequeno número, sendo freqüente a presença de crianças – na maioria das vezes, filhos. São comumente homens de 20 a 40 anos.

Notamos que entre os escravizados ferreiros, há o predomínio de indivíduos solteiros enquanto entre pardos e crioulos livres o casamento se torna mais comum. Essa situação poderia representar uma das formas utilizadas por esses ferreiros pardoe criolos para conquistar e efetivar sua liberdade. Isto é, o ofício permitiria a eles uma experiência de liberdade determinada pelo ritmo de seu trabalho, podendo muitas vezes se configurar na conquista da alforria. A prática do ofício lhes garante autonomia e subsistência, de modo que a constituição de uma família seria uma forma de coroar essa inserção social.

A manutenção de laços conjugais os faria aparentar estabilidade, para que esses artífices pudessem ser vistos como pessoas "respeitáveis" no mundo dos livres. Mas são hipóteses cujas fontes aqui trabalhadas não permitem que nos alonguemos demais nessa direção.

No último grupo de nossa análise sobre a composição dos fogos com presença de ferreiros temos os domicílios de pardos e/ou crioulos sem ocupação definida ou com outra ocupação, onde encontramos ferreiros, sejam estes filhos, agregados, ou escravizados do chefe do domicílio. Nesta situação encontramos: José Roiz de Bragança, Justino Fernandes Madeira e Rafael Pinto Ferreira.

Chefe do domicílio de 585 do 10º quarteirão, José Roiz de Bragança tem 70 anos, é pardo, casado com a parda Maria Silveira, costureira de 50 anos. Lavrador, José divide o fogo com seis livres – entre eles filhos - e dois escravizados.

Encontramos entre os livres três ferreiros: Manoel, pardo de 34 anos, solteiro, filho do casal; Bento, pardo de 16 anos, também solteiro e José, de 15 anos. Nesse caso, encontramos o ofício de ferreiro sendo partilhado por três indivíduos no mesmo domicílio. Não podemos afirmar com certeza o grau de ligação existente entre José e os ferreiros de sua casa. Podem ser todos filhos do lavrador José Ruiz e da costureira Maria.

Nas vizinhanças encontramos Justino Fernandes Madeira. Com 56 anos, é

lavrador, casado com Joaquina Dias de Freitas, parda livre de 41 anos. Junto ao casal moram um filho e seus quatro escravos. Entre estes, temos o ferreiro Rufino. Com 20 anos de idade, Rufino é solteiro e é o único artesão do domicílio.

Por último, temos o domicílio 628 do 11º domicílio, chefiado pelo lavrador liberto Rafael Pinto Ferreira, crioulo de 50 anos. Rafael é casado com Ana Maria, parda livre de 50 anos, com quem tem seis filhos. O crioulo ferreiro Joaquim Ferreira Pinto, de 16 anos, é um deles.

Conforme já assinalamos, a aprendizagem se faz a partir do convívio com outros ferreiros, havendo também a transmissão familiar a partir do convívio com outros parentes. Observamos certas características na conduta da prática e aprendizagem entre esses ferreiros, evidenciadas em praticamente todos os domicílios.

Não identificamos muitos casos em que transmissão desse saber se faz a partir do elemento africano. A tendência a se considerar tal prática resultante dos conhecimentos provenientes destes pode ter se verificado nos setecentos, mas nas Minas do Ferro do século XIX, esse saber mecânico ganha formas e significados a partir de mãos crioulas. Contudo, a predominância dos homens de pardos e criolos nessa atividade é inegável e perceptível em todo o período.

Embora poucos, encontramos casos em que pai e filho partilham o domínio do ofício. Muitas vezes, há apenas um ferreiro na maioria dos domicílios pesquisados, o que indica que o trabalho poderia ser realizado em conjunto, quando vários ferreiros, produziam e forjavam o ferro, faziam remendos em utensílios domésticos e ferramentas, atendiam às necessidades dos moradores da cidade, em suas atividades agrícolas e na mineração. Ou mesmo atendendo a pedidos de produtos e serviços na região das Minas do Ferro.

É importante lembrar que a rua dos ferreiros localiza-se na saída da cidade em direção ao norte; tal localização pode ser favorecida pela passagem de tropas, que poderiam representar uma outra demanda para essas manufaturas de ferro.

Assim, nota-se que a aprendizagem do ofício está ligada ao modo de vida desses crioulos pardos e crioulos – livres pobres, libertos e escravizados - ferreiros das Minas do Ferro. Não se trata de uma aprendizagem comumente formal, iniciada desde a infância, como no modelo europeu das corporações de oficio. Mas também é uma aprendizagem

ligada ao mundo prático, onde o fazer se aprende fazendo.

O escravismo das Minas Gerais impõe outros arranjos e tratos de trabalho. E o domínio desse saber mecânico oferece outras possibilidades de sobrevivência num mundo marcado pela escravidão. A execução do trabalho com o ferro articula autonomias, forja experiências de liberdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁRIES, Philippe. *História Social da Infância e da Família.* Trad. Dora Flaskman. – 2ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

ENGRACIA, Julio. *Chorografia Mineira: município e comarca de Itabira*. Ouro Preto: Revista do Arquivo Público Mineiro, 1898, v.3.

FLEXOR, Maria H. Occhi. *Ofícios mecânicos na cidade de Salvador*. Salvador: Prefeitura Municipal, 1974.
_____. *O trabalho livre em São Paulo – século XVIII.* Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 1984.

GUSMÃO, Alexandre de. *Arte de criar bem os filhos na idade puerícia*; edição, apresentação e notas Renato Pinto Venâncio, Jânia Martins Ramos. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Coleção Clássicos).

LIBBY, Douglas Cole. *Habilidades, artífices e ofícios na sociedade escravista do Brasil colonial.* In: LIBBY, Douglas Cole e Furtado, Junia Ferreira (orgs.). Trabalho Livre, Trabalho Escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX, Belo Horizonte: Annablumme, 2006.
_____. *Transformação e Trabalho em uma economia escravista, Minas Gerais no século XIX*. Editora Brasiliense, 1988.

MENESES, José Newton Coelho. *Artes Fabris e Serviços Banais: ofícios mecânicos e as Câmaras no final do Antigo Regime.* Minas Gerais e Lisboa (1750-1808). Niterói (RJ): Tese (Doutorado em História)– UFF, 2003.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do Século XIX*. Orientadora: Eni de Mesquita Samara. 1996. 228f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *BREVES REFLEXÕES ACERCA DA HISTORIOGRAFIA SOBRE A FAMÍLIA NEGRA NA SOCIEDADE ESCRAVISTA BRASILEIRA* OITOCENTISTA. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 1, n. 2, p. 113-132, out. 2010. ISSN 2177-2770. Disponível em: <http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/293>. Acesso em: 06 jul. 2020

RUGIU, Antonio Santoni. *Nostalgia do Mestre Artesão.* Trad. Maria de Lourdes Menon. – Campinas, SP: Autores Associados, 1998. (Coleção Memória e Educação).

SENNETT, Richard. *O Artífice*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SLENES, Robert W. *Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava (Campinas, século XIX)*. Estudos Econômicos, v. 17, n. 2, maio-agosto de 1987, p. 217-227.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias Abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – Séculos XVIII e XIX*. Campinas, SP: Papirus, 1999. (Coleção Textos do tempo). p. 50.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-188).* São Paulo: Editora Hucitec, 1998, p. 29.

FONTES MANUSCRITAS:

APM, Relação Nominal dos Habitantes da Vila de Itabira – 1840. (MP – Cx 08. Doc 17)

APMI, Representação das lavras de Itabira .Diversos, Cx. 02.

APMI,. Relação de lojas, boticas, fábricas de ferro e casas de negócios da Capela de Nossa Senhora do Socorro. Fundo da Câmara Municipal. 1829. Cx. 01 A.

APMI, Esboço da cidade de Itabira – s/d. Diversos, Cx. 02.

APMI, Inventário de Dona Maria Joaquina de Jesus. Inventários. Cx. 15. Inv. nº 261.

APMI, Inventário de D. Senhorinha Maria Clara de Andrade. Inventários. Cx. 13. Inv. nº 23.

Recebido 03/07/2020

Aprovado em 22/07/2020